



Revista Brasileira de Direito Público - RBDP Belo Horizonte, ano 12, n. 45, abr./jun. 2014

Doutrina

Artigos

- ◆ Estado e livre-iniciativa na experiência constitucional brasileira
Luís Roberto Barroso
- ◆ Autobiografias e heterobiografias – Liberdade de expressão, pluralismo e direito à informação
Gustavo Binenbojm
- ◆ Dos instrumentos constitucionais de preservação de competência legislativa
Leonardo Vizeu Figueiredo
- ◆ Ativismo judicial – Evolução, relevância e limites
André Luís Vieira, Tiago Alves Barbosa Rodrigues
- ◆ O papel do direito internacional na tutela dos direitos humanos perante as nações em um mundo globalizado – Um paralelo entre Brasil e União Europeia
Camila Silva de Amorim
- ◆ Magistratura de influência – Uma alternativa ao contencioso administrativo tradicional
Kaline Ferreira Davi
- ◆ A educação como direito universal
Erinaldo Ferreira do Carmo, Enivaldo Carvalho da Rocha
- ◆ O papel do advogado público no controle da atuação discricionária do administrador
Tiago Bockie de Almeida
- ◆ Notas sobre o princípio da moralidade – Uma abordagem apoiada no elemento alteridade
Marco Aurélio Greco
- ◆ Causas extintivas do processo licitatório
Edgar Guimarães

Parecer

- ◆ A Lei nº 12.830/2013 e fundamentos de sua constitucionalidade – Inteligência dos artigos 144, §4º, e 129 da Constituição Federal – Funções distintas do “parquet” e da

polícia judiciária dirigida por delegados – Investigação criminal e a competência exclusiva dos delegados para dirigi-la
Ives Gandra da Silva Martins

Jurisprudência Seleccionada

Acórdão na Íntegra

◆ Supremo Tribunal Federal

ADI – Leis do Distrito Federal que dispõem sobre carreiras e cargos públicos – Competência do STF para julgamento – Revogação superveniente de dispositivos impugnados – Existência de julgamento anterior sobre dispositivo legal impugnado – Provimento derivado de cargos por meio de ascensão e transposição – Inconstitucionalidade – Violação ao art. 37, II, da CF – Súmula nº 685 do STF

◆ Supremo Tribunal Federal

Conselho Nacional de Justiça – Decisão que determina ao Tribunal de Justiça do Estado do Pará que promova o desligamento dos servidores admitidos irregularmente sem concurso público após a Constituição Federal de 1988 – Aplicação direta do art. 37, caput e inciso II, da CF – Decadência administrativa – Art. 54 da Lei nº 9.784/1999 – Apreciação conjunta, pelo CNJ, de pedidos de providências com objetos similares – Possibilidade – Apreciação das razões de defesa pelo CNJ e por comissão especialmente instituída no TJPA – Contraditório e ampla defesa assegurados

◆ Superior Tribunal de Justiça

Servidor público federal – Greve – Desconto dos dias não trabalhados – Violação ao art. 535 do CPC – Inocorrência – Controvérsia decidida pelo acórdão regional sob fundamentação eminentemente constitucional – Reexame em recurso especial – Impossibilidade – Legalidade – Requisitos – Reexame de matéria fática – Vedação